



CAPITALISM

THE ENDLESS CYCLE OF

EXPLOITATION

tricontinental
Tricontinental: Institute for Social Research



**INTERNATIONAL
WEEK OF 2020
ANTI-IMPERIALIST
STRUGGLE**

Rebel Polítik (Índia), Capitalism - Endless Cycle of Exploitation
[Capitalismo – Ciclo Interminável de Exploração], 2020.

4 Artigo

A trajetória de angola e os desafios do desenvolvimento no século XXI

Tahirá Endo Gonzaga¹

Resumo // Este trabalho analisará os desafios do desenvolvimento a partir da análise da trajetória de Angola enquanto formação social periférica e africana. Buscará refletir sobre as alternativas que este país pode seguir para superar os dilemas impostos pelas contradições do capitalismo monopolista. Essas contradições não atuam de forma estanque e separada, mas articuladas e sobrepostas, o que torna a superação destas um assunto complexo e de dimensões mundiais. Diante do exposto, este artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, será feita uma exposição da teoria de Samir Amin sobre as formações sociais periféricas africanas; na segunda, esboçaremos a trajetória histórica angolana nas suas diversas fases de integração ao sistema capitalista; a terceira parte, procurará apresentar os desafios e contradições que estruturam a atual crise do capitalismo monopolista e, por fim, apresentaremos as trajetórias que Angola poderá seguir para superar estas contradições.

Palavras-chave // Angola; formação social periférica; desafios do desenvolvimento.

¹ Professor na Universidade Jean Piaget de Angola, mestre em Ciência Política pela UFF e doutorando em Economia Política Mundial pela UFABC

Introdução

A questão do desenvolvimento para os países periféricos do sistema capitalista internacional é temática controversa. Ela seduz amplas parcelas de suas populações, constituindo um horizonte almejado de forma praticamente indiscutível por estas, mas que, ao mesmo tempo, tem engolido praticamente todos os projetos de autonomia política, econômica e cultural que estes países tentaram construir historicamente, no turbilhão criado pelas tendências estruturais do capitalismo internacional (Arrighi, 1997; Bonente, 2016; Prado, 2020; Barbosa 2021).

Do ponto de vista teórico-conceitual, para a perspectiva que pretende a superação do capitalismo e a consequente hierarquização econômica e política internacional engendrada pela expansão deste modo de produção, surge uma questão fundamental: é possível utilizar o conceito de desenvolvimento de forma estratégica para esta pretensão ou este já estaria de tal forma contaminado no senso comum e na teoria social? Seria melhor descartá-lo para a construção de outro conceito, isento destes preconceitos arraigados?

A posição deste artigo almeja indicar que a temática do desenvolvimento pode ser utilizada de forma estratégica para apontar caminhos para superação de posições periféricas dentro do sistema internacional. Assim, é possível mobilizar amplas camadas das populações do chamado Terceiro Mundo, desde que sejam orientadas pelo entendimento das contradições do funcionamento do capitalismo contemporâneo (ITPS, 2023).

A partir desta perspectiva, este trabalho procurará analisar os desafios do desenvolvimento no século XXI, partindo da análise da trajetória histórica de Angola enquanto uma formação social periférica e africana. Desta forma, buscará refletir sobre as alternativas que este país possa trilhar para superar os dilemas impostos pelas contradições do capitalismo monopolista e seus rebentos, o imperialismo e o neocolonialismo.

Neste sentido, perspectivas de desenvolvimento de países periféricos na contemporaneidade devem superar diversos desafios que são reflexos das profundas contradições do funcionamento do capitalismo monopolista, como: a contínua expansão da formação de reservas de trabalho nos países periféricos; a necessidade de industrialização e ao mesmo tempo de preservação ambiental; a divisão internacional do trabalho através das cadeias globais de valor estabelecida pelas

empresas transnacionais; a crise da reprodução social e a divisão sexual do trabalho; os obstáculos para a transição energética e; a questão agrária e de soberania alimentar.

Todas estas contradições não atuam de forma estanque e separada, mas articuladas e sobrepostas, o que torna a superação destas, assunto complexo e de dimensões mundiais. Diante do descrito acima, este artigo estará estruturado da seguinte forma: a primeira parte fará uma exposição sobre a perspectiva teórica de Samir Amin sobre as formações sociais periféricas africanas; na segunda, será feito um esboço sobre a trajetória histórica angolana em suas diversas fases de integração ao sistema capitalista internacional, com base na teoria exposta anteriormente; a terceira, procurará apresentar de forma sucinta os desafios e contradições elencados acima, que estruturam a atual crise do capitalismo monopolista e; por último, procurará apresentar as trajetórias que Angola poderá trilhar diante deste cenário para superar estas contradições.

Perspectiva teórica de Amin sobre as Formações Sociais Africanas

Para atingir os objetivos deste artigo, serão mobilizadas as formulações de Samir Amin (1972a, 1972b, 1974) sobre modos de produção e formações sociais. Segundo este autor, estas últimas seriam historicamente situadas a partir da articulação simultânea entre diferentes modos de produção em que um modo assumiria a posição dominante para a organização da produção e distribuição econômica enquanto outros atuariam como modos auxiliares deste modo dominante.

O debate sobre estas formulações é extenso e intenso (Mafeje, 1981; Heimer, 1983, Vidrovitch, 2018), portanto, não será objetivo resgatá-los em sua plenitude. Para os fins deste artigo, basta indicar que a perspectiva, por muito tempo, hegemônica sobre esta temática implica a percepção de estágios ou fases sucessivas de desenvolvimento dos modos de produção. Assim, partindo-se do comunismo primitivo, passar-se-ia para o modo escravista, depois pelo feudal e, ao chegar ao capitalista poderia se alcançar o derradeiro modo de produção comunista.

Uma dificuldade que atravessa o caminho desta perspectiva refere-se à definição feita por Marx e Engels sobre o modo de produção asiático que não consegue ser encaixado dentro desta visão esquemática e evolucionista. Entretanto,

dentre as diversas falhas que esta perspectiva apresenta, a que mais relaciona-se com o nosso objetivo é a incapacidade deste tipo de análise evolucionista para compreender as formações sociais africanas em suas especificidades.

As formulações de Amin, por outro lado, indicam que os modos de produção são categorias abstratas que não se encontram de forma pura na realidade concreta, por isso, não podem ser descritos como se seguissem uma linha evolutiva. Desta forma, ao lançar mão do conceito de formação social para analisar as mudanças históricas concretas, passam a ter maior capacidade explicativa sobre a trajetória social, econômica e política africana.

Em África, como em qualquer outro continente, as análises sobre extensões territoriais concretas delimitadas por Estados têm seu valor quando articuladas às perspectivas mais amplas de sua inserção regional. Ao mesmo tempo, elas são capazes de verificar as articulações internas e externas com o contexto socioeconômico global, principalmente a partir da constituição do moderno sistema capitalista internacional.

O estudo sobre Angola, neste artigo, pretende seguir este esforço. De acordo com Heimer (1983), nos anos 1980 havia uma certa insatisfação com a qualidade analítica sobre Angola e as formações sociais africanas de expressão portuguesa de forma geral e esta situação só veio agravar-se nas décadas seguintes de domínio neoliberal. Portanto, o resgate da discussão sobre a articulação dos modos de produção e a formação social angolana contemporânea pode ser fundamental para melhor compreender as transformações ocorridas na região austral do continente africano e os desafios para as periferias contemporâneas como um todo.

Como exposto, segundo Amin, o conceito de modo de produção é “abstrato e não implica nenhuma ordem de sucessão histórica para todo o período da história das civilizações, que se estende desde as primeiras formações diferenciadas até o capitalismo” (Amin, 1974, p. 11). Na sequência, o autor faz a classificação dos cinco modos de produção existentes até o momento: 1) comunitário primitivo; 2) tributário; 3) escravista; 4) mercantil simples; 5) capitalista. Sendo que três (comunitário primitivo, tributário e capitalista) assumiram historicamente formas dominantes e dois (escravista e mercantil simples) apresentaram-se como modos auxiliares a estes.

Não será possível adentrar na discussão sobre as características de cada um destes modos de produção. Entretanto, faz-se necessário indicar o protagonismo

histórico que Amin aponta ao modo de produção tributário que seria a saída normal dos modos comunitários, possuindo como característica principal a separação da sociedade em duas classes fundamentais: o campesinato, organizado em comunidades, e a classe dirigente, que monopoliza as funções de organização política da sociedade e recebe um tributo das comunidades rurais (Amin, 1974).

Relacionadas a esta característica principal estariam mais quatro características básicas e universais para o funcionamento do modo de produção tributário. São elas:

1. o produto excedente é extraído por meios não econômicos, isto é, por uma classe exploradora que recebe tributos através da dominação política e ideológica;
2. a organização da produção é baseada no valor de uso e não no valor de troca. Corresponde a uma estrutura econômica em que as transferências, qualquer que seja a sua natureza, não representam troca de mercadorias;
3. é caracterizado pelo domínio da superestrutura. Por isso o papel ideológico das grandes religiões como cristianismo, islamismo, budismo etc. nas formações sociais tributárias. O domínio dessas religiões auxilia na extração do excedente e silencia a luta de classes;
4. um dos atributos deste modo de produção é sua aparência de estabilidade e até mesmo de estagnação que surge como consequência do domínio do valor de uso.

Esta elaboração teórico-conceitual visa “solucionar” a polêmica acerca dos modos de produção asiático e feudal na medida em que, nas formulações amnistas, estes enquadram-se como modos de produção tributários. Assim, o asiático seria a materialização de formações sociais tributárias centrais enquanto o feudal adquiriu posição periférica e quase incomum na história. Entretanto, as especificidades do funcionamento do modo de produção feudal proporcionaram as condições necessárias para que, na Europa ocidental, ocorressem de forma simultânea duas mudanças estruturais para o surgimento do capitalismo: a proletarização e a acumulação de capital-moeda.

Neste ponto, o conceito de formações sociais ganha destaque pois nenhum modo de produção existiu em estado puro na realidade porque “as sociedades

históricas são ‘formulações’ que, por uma parte, combinam modos de produção e, por outra, organizam as relações entre a sociedade local e outras sociedades, que se manifestam pela existência de comércio à longa distância” (Amin, 1974, p. 14).

Desta forma, as formações sociais são “estruturas concretas, organizadas, caracterizadas por um modo de produção dominante e a articulação ao seu redor de um conjunto complexo de modos de produção submetidos a ele” (Amin, 1974, p. 14).

A perspectiva de Amin permite analisar as especificidades da realidade africana, pois os modos de produção tributário e capitalista não se implementaram de forma pura. Nela, os mecanismos de produção e distribuição do excedente não funcionaram historicamente de forma plena e exclusiva necessitando da articulação com mecanismos de modos de produção auxiliares, fato que se verifica até os dias atuais.

Além desta vantagem analítica, as formulações animistas permitem comparar as diferentes articulações dos modos de produção nas regiões centrais e periféricas da economia mundial e seus diversos impactos sociais, econômicos e políticos no continente africano e nos demais continentes ou regiões.

Desta forma, o estabelecimento dos modos de produção dominantes tiveram períodos históricos de articulação com os modos auxiliares e se modificaram com intensidades diferentes, estabelecendo formas de produção e distribuição do excedente distintas em cada época e/ou região. Embora haja, sob o domínio capitalista, uma tendência à expansão contínua e incessante de seus mecanismos de reprodução social, esta tendência se dá de forma muitas vezes contraditória e com sérias limitações.

Neste sentido, Amin adverte que “enquanto as formações pré-capitalistas se caracterizam por uma coexistência estável de modos diferentes, articulados e hierarquizados, o modo capitalista, tem tendência a se converter em exclusivo e destrói os demais” (Amin, 1974, p. 20).

Entretanto, a velocidade, intensidade e extensão desta destruição se dá em um tempo histórico longo com idas e vindas, avanços e retrocessos que possuem relevância histórica concreta para análises conjunturais.

Esta tendência do modo de produção capitalista à exclusividade, quando se baseia no aprofundamento do mercado interno, também leva à tendência desta formação social aproximar-se do modelo puro de funcionamento do Capital e

ao estabelecimento da polarização crescente entre a burguesia e o proletariado. Isto levaria a uma uniformização do funcionamento das formações sociais que correspondem aos países centrais. Entretanto,

como contrapartida se o modo de produção capitalista introduzido desde o exterior, quer dizer baseado no comércio exterior, não tende a converter-se em exclusivo, mas apenas como dominante, isto dá lugar a que as formações sociais da periferia não tendam a esta polarização crescente. À homogeneidade crescente das formações sociais se oporá a heterogeneidade persistente das formações periféricas, que não significa, porém, justaposição (Amin, 1974, p. 312).

Sendo, por estas razões uma estrutura social truncada, não se pode entender os sistemas econômicos da periferia sem compreender suas relações com o centro e com elementos da estrutura social mundial.

Samir Amin classifica as formações sociais periféricas por regiões continentais (africanas, orientais e americanas) indicando que estas não se transformaram historicamente do mesmo modo, porque não foram integradas em simultâneo e não cumpriram as mesmas funções no desenvolvimento do capitalismo no centro.

No escopo deste trabalho apontaremos, a seguir, apenas as formulações propostas por Amin para análise das formações sociais periféricas africanas.

Formações Sociais Periféricas Africanas

Mesmo ao reconhecer a diversidade cultural, histórica, política e econômica do continente africano, é possível definir três macrorregiões que, a partir de diferentes modos de integração ao capitalismo central, construíram características estruturais diferentes, engendrando distintos regimes de trabalho e acumulação como base de sustentação. Isso é feito tendo como base as transformações geradas no período histórico da colonização. São elas: 1) a dos monopólios comerciais da África do Oeste; 2) a dos monopólios concessionários da África Central e; 3) a dos monopólios dos colonos assentados da África Austral .

Nos três casos, o sistema colonial organiza a sociedade para produzir, nas melhores condições possíveis desde o ponto de vista das

metrópoles, produtos de exportação que asseguram somente uma escassa remuneração do trabalho, que fica estancada. Uma vez realizado este objetivo, desaparecem as sociedades tradicionais da África contemporânea, e se convertem em sociedades periféricas dependentes (Amin, 1974, p. 350).

No período mercantil, que corresponde ao período de transição do feudalismo ao modo de produção capitalista na Europa ocidental, a periferia americana desempenhou um papel decisivo na acumulação do capital dinheiro pela burguesia comercial europeia. Ao mesmo tempo, a periferia africana teve um papel não menos relevante, mas reduzido à fornecedora de mão-de-obra escrava para as plantações da periferia americana. Neste período, portanto, África funcionou, nas palavras de Amin, como “periferia da periferia” (Amin, 1974, p. 338).

É neste período também que África perde sua autonomia. Na fase anterior, as condições históricas e geográficas da região permitiam e impulsionavam um desenvolvimento continental mais ou menos autônomo. Entretanto, com a integração ao capitalismo nascente, o continente passa a ser modelado em função das exigências externas do mercantilismo.

Neste sentido, a economia do tráfico de escravos atua como desagregadora das sociedades tradicionais a partir de sua integração ao sistema capitalista mundial, que opera mudanças substanciais em relação ao funcionamento do comércio de longa distância do período pré-capitalista. Esta economia só desaparece com a consolidação do capitalismo em sua forma industrial nos países centrais, modificando as funções das periferias do sistema. Tanto América quanto África passaram, neste momento, a ser fornecedoras de produtos que pudessem reduzir o valor dos capitais constante e variável, isto é, passaram a fornecer matérias-primas e produtos agrícolas para os países centrais.

Para que este novo tipo de exploração das periferias fosse vantajoso, seria necessário que o capitalismo alcançasse sua fase monopolista. Só assim o capital dos países centrais pôde, com meios modernos, extrair em quantidade e condições favoráveis o que lhe convinha da periferia. É neste contexto que em África se configuram as três macrorregiões que marcaram a trajetória do continente até pelo menos o período posterior às suas independências. Pode-se, portanto, entender a partir destes pontos que a constituição destas macrorregiões corresponde

às três formas de integração do continente ao capitalismo industrial em sua fase monopolista.

Na primeira macrorregião, a dos monopólios de comércio colonial, situada na África do Oeste passando pela região do Sahel e parte do Leste africano, não havia conhecimento sobre riquezas minerais que atraíssem o capital estrangeiro. Isso não estimulou a colonização por povoamento e permitiu que as comunidades camponesas permanecessem em suas terras, porém, sua produção passou a ser direcionada para a exportação de mercadorias sob o controle rígido de casas comerciais das potências coloniais.

Na segunda macrorregião, a dos monopólios concessionários da África Central, mais especificamente na bacia do rio Congo, a escassa densidade populacional e ausência de hierarquizações fortes das comunidades existentes impediram o funcionamento da economia do tráfico de escravos em sua plenitude. Isso abriu espaço para a pilhagem mais direta e violenta que culminou com a implementação da exploração em grande escala por meio dos monopólios de grandes companhias concessionárias, tendo como caso exemplar a dominação colonial do Congo Belga (Depelchin, 1992).

A terceira macrorregião, a dos monopólios de colonos assentados voltada para a criação de reservas de mão de obra na região austral do continente, se deu a partir do estabelecimento da colonização por povoamento para beneficiar, com força de trabalho barata, as minas, as plantações e as indústrias locais sob controle direto das burguesias coloniais.

A trajetória de Angola enquanto formação social africana

Diante desta classificação de Amin, podemos indicar que Angola insere-se nesta última macrorregião, mas não de forma pura, pois, ao longo de sua história, foi incorporando características das outras macrorregiões em diferentes momentos e em suas diversas regiões. Neste sentido, delimitamos algumas fases da história de Angola, em jeito de aproximação ao nosso objeto de pesquisa, para verificar as distintas formas de integração deste território às economias regional e global.

As fases são as seguintes: a) pré-colonial; b) colonial até o final do século XIX; c) do final século XIX até a independência em 1975 (com uma subfase de 1920-1975); d) de 1975 até o fim da guerra em 2002 (com uma subfase de 1992-2002); e) de 2002 até os dias atuais (com uma subfase a partir de 2017).

Cada fase corresponde a uma mudança estrutural na formação social angolana tanto em sua articulação interna quanto na integração mais global. Entretanto, estas delimitações são discricionárias, podendo conter subfases que, num olhar mais cuidado e profundo, podem transformar-se em novas fases do processo histórico angolano.

A primeira fase refere-se ao período mais longo e que temos a menor quantidade e qualidade de dados e informações. Corresponde ao período de transição do modo comunitário para o tributário e envolveu a articulação de diversos reinos que teriam funções diferentes nas dinâmicas econômicas, políticas e culturais da região, de acordo com algumas características distintas: nômades ou sedentários, formação política mais hierarquizada e centralizada ou mais coletivista descentralizada; agrícola ou pastoril, baseada no comércio interno ou de longa distância.

Uma fase relevante do período pré-colonial refere-se ao avanço dos povos bantu do Noroeste e Centro do continente para o sul. Nela, passou-se a estruturar os diversos reinos e povos dentro de uma matriz cultural comum que na fase posterior confrontar-se-iam com a investida colonial europeia.

A segunda fase, que corresponde ao início da colonização europeia no final do século XV até o final do século XIX, é quando ocorre uma mudança lenta, contínua e de grande envergadura com a consolidação do que Amin denominou de economia do tráfico de escravos. Nesse período, o território em análise passou a desempenhar a função de periferia da periferia para o fornecimento quase exclusivo de mão de obra escrava para as Américas.

Nessa fase, a colonização portuguesa passou por variações, mas sem adentrar robustamente no território que hoje conhecemos como Angola. Ela se estabeleceu preferencialmente no litoral a partir de estratégias e táticas que alternavam-se entre as investidas militares e as negociações diplomáticas com os reinos e povos que se fixaram na região para conseguir extrair a mão de obra escrava de que o sistema capitalista necessitava para o funcionamento do período mercantil de transição ao capitalismo industrial.

Essa estratégia lusitana permitiu, em larga medida, a sobrevivência de características do modo tributário de produção e de regimes de propriedade da terra baseadas nas linhagens familiares que repercutem ainda na contemporaneidade.

A terceira fase começa com a intensificação da dominação imperialista colonial e monopolista que teve como evento chave a Conferência de Berlim em 1884-5 e os diversos tratados que a sucederam e que delimitaram as fronteiras do que hoje chamamos de Angola.

Nesse ponto, principalmente a partir dos anos 1920, há, por diversas razões, uma política portuguesa voltada para assegurar o domínio territorial do interior. Ela provocou a desestruturação das sociedades que haviam resistido até então no seu modo tradicional de organização social para incorporar os traços gerais da terceira macrorregião descrita por Amin. Ela era a dos monopólios dos colonos assentados para a criação de reservas de mão de obra para a exploração mineral, agrícola e da pequena indústria regional. Essa exploração era voltada principalmente para fornecer matérias-primas e produtos agrícolas ao capitalismo industrial central.

Outro fator relevante deste período é que Angola, nesta fase, apresenta, em alguns espaços de seu território, características semelhantes às das outras macrorregiões africanas. Outro exemplo é o domínio dos monopólios sobre os recursos minerais, que guarda características similares ao da macrorregião limítrofe, isto é, a dos monopólios concessionários.

Como verificado por Menezes “o capital estrangeiro monopolista concessionário estava presente nas colônias portuguesas desde o final do século XIX e princípios do século XX (...). O setor mais contundentemente ‘invadido’ pelo capital estrangeiro era, sem dúvida, o da mineração, através da ação de empresas bastante avançadas tecnológica e financeiramente” (Menezes, 200, p. 158-159).

Para além disso, Portugal nunca conseguiu estabelecer em Angola, como talvez tenha feito em Moçambique, o modelo inglês de criação de reservas de mão de obra através da colonização por povoamento. Por isso, teve de lançar também algo parecido com a estratégia dos monopólios comerciais para extrair os produtos necessários para o capitalismo central.

Este modelo híbrido português entra em declínio com o avanço dos diversos movimentos nacionais de libertação nacional que, conjugado com as mudanças na conjuntura política e econômica internacional da segunda metade do

século XX, colocaram em xeque o ultracolonialismo português. Este declínio desemboca em seu estágio definitivo em 1975 com a conquista da independência pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Desde a independência o país entrou em uma nova fase em que a tentativa de implementação do socialismo e os diversos constrangimentos internos e externos que enfrentou foram os fatos decisivos na sua estruturação enquanto formação social.

Do ponto de vista interno tiveram relevo a sobrevivência de traços da fase anterior, como o domínio dos monopólios estrangeiros sobre a exploração de reservas minerais, principalmente do enclave petrolífero de Cabinda, e a guerra civil, e suas articulações com o contexto geopolítico internacional e as bases étnicas do país. Já do ponto de vista externo, a crise do bloco comunista, a ascensão da hegemonia neoliberal, o ocaso da perspectiva terceiro mundista e a crise econômica internacional dos anos 1970 corresponderam a fatos decisivos na trajetória angolana.

Conjugados, estes desafios internos e externos colocaram o país em um turbilhão de transformações repentinas de estruturação/desestruturação de suas formas de organização social, em um curto espaço de tempo, que repercutiram de forma intensa na fase seguinte que teve início em 2002 com o fim da guerra civil e que coincidiu com um novo ciclo expansivo da economia internacional.

O estabelecimento da paz e da estabilidade política conjugou-se com o chamado boom das commodities e a rearticulação da política externa chinesa para o continente africano e sua procura de matérias-primas, recursos energéticos e apoios estratégicos nos organismos internacionais. Sendo Angola um país rico em petróleo, ele passou a ser ator chave nesta nova estratégia internacional chinesa.

O país experimentou neste período um notável aumento em sua taxa de crescimento econômico, situando-se em uma média de 12% no período de 2002-2010. Ela era a taxa mais elevada da região austral do continente africano e uma das maiores do mundo (Rocha, 2011, p. 116).

Entretanto, este crescimento baseado na exploração e exportação do petróleo acabou por orientar o funcionamento da economia para a dependência deste recurso, permanecendo, desta forma, extremamente vulnerável às oscilações de seu preço no comércio internacional. Neste período houve, também, uma espécie

de renascimento do Terceiro Mundo rebatizado de Sul Global, provocando uma reaproximação das regiões periféricas que culminou com a criação dos BRICS.

Porém, sem conseguir aproveitar as vantagens do contexto geopolítico internacional mais favorável das duas primeiras décadas do século XXI, Angola não incorporou sua jovem população em postos de trabalho assalariados. Isso poderia estabelecer as bases de um projeto que rompesse e ultrapassasse as barreiras de longa duração, colocadas pelas diversas fases de sua construção social histórica, esboçadas em traços gerais nesta seção.

Em 2017, o país entrou em uma nova subfase com a eleição de João Lourenço como presidente, depois de 37 anos em que José Eduardo dos Santos tinha ocupado este cargo. Com esta mudança na presidência da República e as restrições de acesso ao dólar estimuladas pelo governo dos EUA (Lusa, 2018), houve um redirecionamento e uma aproximação ao FMI resultando no empréstimo concedido em 2018. Angola mudou o centro de gravidade de sua trajetória histórica aos ditames da globalização neoliberal, cumprindo com praticamente todas as exigências e condicionalidades impostas pelo FMI neste acordo que desembolsou um total de cerca de US\$4,5 bilhões (FMI, 2022).

As consequências dessa nova subfase serão decisivas para verificar quais alternativas essa formação social poderá trilhar para enfrentar os desafios do desenvolvimento no século XXI. Estes desafios estão diretamente conectados com as contradições do funcionamento do capitalismo monopolista em sua fase imperialista e neocolonial, com veremos na próxima parte deste trabalho.

O capitalismo monopolista em crise e suas contradições

Nesta seção, apresentaremos as características gerais da crise gerada pelo capitalismo monopolista e explicaremos de forma sucinta os principais desafios/contradições que esta crise impõe aos países periféricos. Nas considerações finais, indicaremos, em linhas gerais, como estes se apresentam em Angola contemporaneamente e quais suas possíveis alternativas.

Yeros e Jha (2020) contrariam as perspectivas que analisam a crise atual do capitalismo apenas pelo prisma da queda tendencial da taxa de lucro e com o foco quase exclusivo para a crescente composição orgânica do capital. Tais

análises invariavelmente apontam que essa é uma espécie de repetição de crises anteriores do capitalismo. Segundo Yeros e Jha, pelo contrário, estaríamos diante de um dramático desfecho de um sistema social que dominou e perdurou por quinhentos anos. Nesta perspectiva as ações imperialistas e neocoloniais são fundamentais para entender a crise permanente do capitalismo em sua fase atual de monopolização financeira e a natureza de suas contradições.

Condições inéditas de rivalidade sistêmica surgiram no pós-Segunda Guerra Mundial solapando as bases coloniais dos lucros monopolistas devido à emergência do Terceiro Mundo e ao estabelecimento do bloco comunista e suas estratégias econômicas de planejamento central. Além disso, o incremento da competição monopolista, entre os EUA, o Japão e a Europa ocidental, intensificou ainda mais as dificuldades para a realização dos lucros pelas grandes empresas.

Assistiu-se, como resposta a esta crise, a uma escalada da agressão imperialista contra o Terceiro Mundo e ao esforço de implementação da chamada “globalização neoliberal”, com alguns elementos-chave: 1) o desmantelamento dos acordos de Bretton Woods e a manutenção do dólar forte; 2) o avanço das exportações de capitais entre as economias avançadas e, de forma intensa também, para as periferias; 3) os rápidos saltos tecnológicos que turbinaram a composição orgânica do capital; 4) a aceleração das fusões e aquisições em todos os setores, levando ao estabelecimento dos monopólios generalizados; 5) a financeirização dos lucros, que explica a persistência do capitalismo monopolista mas também o seu colapso eminente; 6) a intensificação da acumulação primitiva, que ocorre de forma mais devastadora nas periferias e; 7) a escalada dos gastos de guerra, principalmente pela tríade imperialista (EUA, Japão e Europa Ocidental) (Yeros, Jha, 2020, p. 4-5).

É dentro deste contexto mais amplo de crise, que apresentaremos as contradições mais salientes que, em nossa perspectiva, constituem os desafios do desenvolvimento neste século.

a) A expansão das formações de reservas de trabalho

Yeros (2022), com o foco específico sobre a transformação do mundo do trabalho no período neoliberal, indica, seguindo Marx, que uma das contradições

básicas de desenvolvimento do capitalismo é sua tendência global para a formação de reservas de trabalho.

Esta contradição tem se materializado contemporaneamente através da semi-proletarização generalizada, que seria uma tendência mundial, mas que se manifesta de forma específica no continente africano. Esta semi-proletarização tem se generalizado neste continente, gerando a convergência de todas as regiões com as características estruturais da terceira macrorregião apontada por Amin, a dos monopólios dos colonos assentados e de criação de reservas de trabalho.

Sendo a condição semiproletarizada aquela em que:

(...) uma força de trabalho, durante um período significativo de tempo, como uma geração, não vem a depender do emprego assalariado para sua reprodução social, apesar de ter perdido a totalidade ou parte de seus meios de produção, mas mantém ou busca ativamente uma combinação de assalariamento, trabalho autônomo e valores de uso simples, ao lado do trabalho de cuidado e das políticas sociais do Estado. Essa condição social inclui: relações temporárias, periódicas ou sazonais de trabalho assalariado; produção camponesa para consumo próprio; pequena produção de mercadorias para venda; uso direto dos recursos naturais; extração de minerais e outros recursos de alto valor para comercialização; e um vasto leque de atividades de autoemprego, tanto no meio rural como urbano, no pequeno comércio e na prestação de serviços, quer situados em casa, quer em espaços arrendados, ao ar livre ou em trânsito de longas distâncias (Yeros, 2022, p. 104).

Utilizando dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Yeros aponta que a tendência geral da situação do emprego em África nos últimos 30 anos (1991-2020) revela um aumento substancial da população em idade ativa (mais do que dobrou no período, de 310 milhões para 633 milhões) sem a correspondente inserção dessa parcela crescente em trabalhos assalariados. No caso, ela teve apenas um ligeiro aumento nessas três décadas, de 15% para 16%.

Grande parcela dessa jovem população tornou-se “trabalhador(a) por conta própria” (atualmente, 28% da força de trabalho total) e/ou “trabalhador(a) familiar contribuinte” (que teve um recuo de 17% para 11%) classificados como “vulneráveis” pela OIT. Sendo que a categoria que mais cresce de forma generalizada

é a de “fora da força de trabalho” de 80 milhões (35% da população economicamente ativa) na última década do século XX para 214 milhões (39% da população economicamente ativa) em 2020 (Yeros, 2022).

As tendências negativas da semi-proletarização generalizada revelam-se cruciais no cenário contemporâneo quando vislumbramos as possibilidades políticas e econômicas de desenvolvimento. A questão de como absorver essa crescente camada jovem da população dentro de um projeto nacional/regional de desenvolvimento se coloca de forma urgente.

b) Industrialização e preservação ambiental

Uma das alternativas para reverter as tendências apontadas no item anterior seria um processo de fomento de emprego assalariado via industrialização do setor produtivo. Entretanto, os nós górdios apresentados para países periféricos que postulam projetos autônomos de industrialização são difíceis de desatar.

De forma geral, os Estados periféricos durante o período neoliberal perderam suas ferramentas para mobilizar recursos financeiros para iniciativas soberanas de industrialização. Eles ficaram “reféns” dos recursos de empresas multinacionais dos países centrais (que, como veremos, criaram uma estrutura global de extração de valor do Sul para o Norte) ou de instituições financeiras internacionais hegemônicas, como o FMI e o Banco Mundial, e suas políticas de austeridade.

O contexto da globalização neoliberal também colocou barreiras e desviou esforços de iniciativas de integração regional e multilateral que poderiam minimizar a dependência financeira, tecnológica e de recursos naturais, como também, do mercado de consumo para projetos de industrialização autônomos.

As iniciativas estritamente nacionais (com exceção, talvez da China) acabam por ficar isoladas ou restringidas, ao mesmo tempo, que as tentativas de abertura ao livre comércio internacional reforçaram as condições primário exportadoras e os problemas sociais destes países.

Todos esses nós górdios tornam-se mais difíceis de desatar com a imperiosa necessidade de preservação ambiental. Nesse sentido, os modelos existentes que tiveram algum êxito de desenvolvimento industrial colocam os países do Sul

Global diante de um desafio gigantesco de se industrializar revertendo o processo de destruição ambiental que coloca em risco a sobrevivência da humanidade.

c) A divisão internacional do trabalho e cadeias globais de valor

A divisão internacional do trabalho atualmente está marcada pela transnacionalização das empresas multinacionais e a hierarquização rígida controlada através das cadeias globais de valor ou de mercadorias/produtos.

Suwandi, Jonna e Foster (2019) afirmam que durante o período neoliberal houve uma alteração na estrutura global da produção industrial do Norte para algumas regiões do Sul Global (principalmente do leste asiático) mas que não modificou o processo global de exploração e transferência de valor entre essas regiões.

Nessa mudança estrutural, a produção industrial (que passou a ser localizada no Sul Global) e o consumo (praticamente restrito às populações do Norte) estão cada vez mais separados um do outro na economia mundial.

Além disso, o valor acrescentado associado a essas cadeias de produtos de base (...) é desproporcionalmente atribuído a atividades econômicas nos países mais ricos no centro do sistema, embora a maior parte do trabalho ocorra nos países mais pobres da periferia ou do Sul Global (Suwandi, Joanna, Foster, 2019, p. 4).

Dessa forma, estaria em funcionamento um novo imperialismo que faria a arbitragem global do trabalho e, assim, o valor derivado do trabalho com baixos salários na periferia estaria sendo captado globalmente por essa estrutura montada pelas multinacionais.

Segundo estes autores, a exploração imperialista estaria oculta nas transações internacionais contemporâneas no domínio da troca onde a chamada livre concorrência opera, mas revela-se quando se entra no domínio da produção onde as cadeias globais de valor aprofundam a desigualdade mundial através: 1) das relações globais capital-trabalho; 2) das profundas desigualdades salariais entre o Norte Global e o Sul Global; 3) das taxas de exploração diferenciadas em que se

baseia a arbitragem global do trabalho e; 4) do fenômeno, da captura do valor do Sul (produção) para o Norte (consumo).

d) A reprodução social e a divisão sexual do trabalho

Talvez o desafio mais negligenciado, mas nem por isso menos central, sobre os desafios do desenvolvimento, certamente está relacionado à crise da reprodução social e do cuidado que está intimamente imbricado à divisão sexual do trabalho.

Segundo Nancy Fraser (2020), a crise atual do capitalismo, em sua forma financeirizada, coloca a problemática da reprodução social dentro de um regime globalizado e neoliberal que:

(...) promove a redução dos investimentos estatais e empresariais no bem-estar social, ao passo que recruta as mulheres para a força de trabalho paga – expelindo de si o trabalho de cuidado e lançando-o sobre as famílias e comunidades, ao mesmo tempo que lhes diminui a capacidade para desempenhar este trabalho (Fraser, 2020, p. 277).

Centrado na dívida, ou melhor no endividamento dos Estados, principalmente os do Sul, e das famílias, com ênfase para as do Norte, este regime intensifica a contradição inerente ao capitalismo entre produção econômica e reprodução social com uma configuração nova em que a emancipação se junta com a mercadorização para minar a proteção social gerando um “neoliberalismo ‘progressista’. Ele celebra a ‘diversidade’, a meritocracia e a ‘emancipação’, ao mesmo tempo que desmantela as proteções sociais e torna a expelir de si a reprodução social” (Fraser, 2020, p. 279).

Ocorre uma grande lacuna do cuidado nos países centrais que tem gerado uma cadeia global do “cuidado”. Nela, há a promoção da emigração de mulheres racializadas do Sul Global para o Norte e o deslocamento desta lacuna para as periferias, criando um cenário que se encaixa com as “estratégias que, marcadas por um viés de gênero, são empregadas por Estados pós-coloniais endividados e necessitados de dinheiro que se encontram sujeitos aos programas de ajuste

estrutural do FMI” (Fraser, 2020, p.280). Estas estratégias concorrem para comprimir ainda mais as capacidades sócio reprodutivas nas sociedades periféricas.

e) A transição energética

Qualquer projeto de desenvolvimento no século XXI deve estar sustentado em alguma capacidade autônoma e de soberania energética. Este imperativo leva, em termos lógicos, a questão das possíveis fontes geradoras de energia nas diversas regiões e países e sua sustentabilidade a médio e longo prazo (BAD, 2016).

A questão da transição para uma matriz energética de baixa emissão de carbono e ambientalmente sustentável coloca em evidência de modo singular as injustiças da estrutura econômica, social e política internacional. Os países do Sul Global foram os que menos contribuíram para o esgotamento ambiental e das fontes não renováveis de energia, entretanto, serão os que menos terão espaço para industrialização com emissão de carbono. Por outro lado, a transição verde de iniciativa e domínio do Norte poderá utilizar essencialmente fontes (solar, eólica, hidráulica, etc.) do Sul, reforçando a história de dominação imperialista e neocolonial (Becker, 2021; 2023).

Diante deste cenário, se não houver a imposição de uma justa transição energética, este movimento acabará agravando os problemas sociais e ambientais dos países periféricos (BAD, 2016). Acrescente-se a isso que países estruturalmente dependentes do Petróleo em sua renda nacional, como no caso de Angola, precisarão empreender esforços hercúleos para superar esta dependência, buscando projetos baseados em novas energias.

f) A questão agrária e de soberania alimentar

Por fim, a questão agrária, que parecia ultrapassada teórica e historicamente no século passado, ressurgiu com protagonismo incontornável no que se refere à absorção da força de trabalho; à organização política e social do campesinato; à questão fundiária e de propriedade da terra e; para as possibilidades de industrialização de um país ou região. Todas estas questões convergem para um eixo central que é o estabelecimento da soberania alimentar para suas populações (Moyo, Jha e Yeros, 2013).

Nesses termos, para os países periféricos do Sul Global, a questão agrária reveste-se ainda de um forte conteúdo de libertação nacional. Ela pode contribuir, se for trabalhada, dentro de um projeto soberano e popular de controle sobre os recursos naturais, mobilizando o campesinato e dinamizando a produção e o consumo, sem necessariamente cair nas teias de exploração das cadeias globais de produto/mercadoria.

Nesse sentido, articular o controle sobre os recursos naturais junto com o esforço de industrialização revelam-se incontornáveis para lidar com as tendências negativas da semi-proletarização generalizada e a capacidade de preservação ambiental concomitante com a soberania alimentar.

Considerações finais

Diante dos desafios descritos no item anterior, algumas linhas gerais devem ser refletidas no contexto angolano, para construir alternativas de desenvolvimento em sua fase atual.

Agostinho Neto afirmou, em um slogan político, que “a agricultura seria a base e a indústria o fator decisivo”. Utilizada no pós-independência para mobilizar os recursos e a ideologia nacional angolana para um projeto de industrialização via substituição de importações e de planejamento central da economia de inspiração soviética, atualmente, esta afirmação já não tem o mesmo sentido e apelo, entretanto, sintetiza para o presente os grandes desafios que o país deve enfrentar em um perspectiva de desenvolvimento no século XXI.

A expressão chave dos discursos e projetos oficiais do governo angolano é relacionada à “diversificação da economia” que, nas entrelinhas, revela a necessidade que o país tem de, ao mesmo tempo, se industrializar, aumentar a capacidade de produção agrícola e escapar da dependência do petróleo.

A trajetória angolana, desde pelo menos a segunda metade do século XX, tem sido marcada pela dependência da exploração do petróleo e seus derivados e, neste sentido, confronta-se com a temática da transição energética de forma dramática e urgente.

Em relação ao modelo de reprodução social e, conseqüentemente, do cuidado em Angola, predominou, até pelo menos o início dos anos 2000, um modelo comunitário (sem participação contínua, frequente e ativa do Estado)

que era reforçado pelas condicionantes da guerra civil e pelo protagonismo feminino. Esse modelo está sendo erodido pelo avanço da globalização neoliberal e da urbanização crescente. O Estado, que esteve ausente desta responsabilidade, não construiu ferramentas para reverter esta situação e tornou-se cada vez mais incapaz de atender as demandas sociais nessa seara. De forma geral, as mulheres, principalmente das camadas mais baixas, assumiram praticamente todo o peso da reprodução social e do cuidado, ao mesmo tempo em que são compelidas a ganharem alguma renda (com destaque para o setor informal) para garantir condições mínimas de subsistência para suas famílias.

A última subfase da trajetória angolana representou uma guinada política e econômica na tentativa tardia de incorporação do país nos padrões neoliberais de internacionalização condensada no acordo firmado com o FMI em 2018. Entretanto, a crise mundial que se intensificou logo depois abortou essa incorporação tardia. Ela teve graves consequências sociais, mas possibilitou uma janela de oportunidade histórica para o país procurar contornar as teias econômicas e da estrutura de poder ocultas nas cadeias globais de produto/mercadoria. Dessa forma, fomentou uma industrialização que terá que ser uma construção direcionada para aproveitar a emergência do Sul Global nos interstícios da disputa aberta entre EUA e China pelo domínio do sistema social internacional em declínio e, muito provavelmente, pela necessidade de criação de um novo sistema social.

Referências

AMIN, Samir. **El desarrollo desigual: ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico**. Barcelona: Editorial Fontanella, 1974.

AMIN, Samir. Modes of Production and Social Formations. **Ufahamu: A Journal Of African Studies**, Los Angeles, v. 3, n. 4, p. 57-85, jan. 1972a.

AMIN, Samir. Underdevelopment and Dependence in Black Africa. **Journal Of Modern African Studies**, Cambridge, v. 4, n. 10, p. 503-524, jan. 1972b.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BAD, Banco Africano de Desenvolvimento. **Resiliência climática e uma justa transição energética em África**. Abdjan: Banco Africano de Desenvolvimento, 2020. 47 p.

BARBOSA, Muryatan Santana. Economia Política Africana: do desenvolvimento ao autodesenvolvimento. **Revista da Abpn**, [s. l.], v. 13, n. 36, p. 78-104, Mar 2021.

BECKER, Astrid. **A transição energética e a guerra pelos recursos do Sul global**, 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/614980-a-transicao-energetica-e-a-guerra-pelos-recursos-do-sul-global>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BECKER, Astrid. **A transição energética e os recursos do Sul Global**. Limites e desafios. Entrevista especial com Astrid Becker. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/629942-a-transicao-energetica-e-os-recursos-do-sul-global-limites-e-desafios-entrevista>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Niterói: Eduff, 2016.

DEPELCHIN, Jacques. **From the Congo Free State to Zaire, 1885–1974**. Dakar: Codesria, 1992. p. 115-165.

FMI, Fundo Monetário Internacional. **Angola: Relatório Nacional nº 22/11**. Washington, D.C: Fundo Monetário Internacional Fmi, 2022.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 53, p. 261-288, ago. 2020.

HEIMER, Franz-Wilhelm. Sobre a articulação dos modos de produção em Angola. Uma nota metodológica. **Análise Social**, Lisboa, n. 5, p. 1091-1100, maio 1983.

ITPS, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. **O Mundo Precisa de Uma Nova Teoria Socialista do Desenvolvimento**. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2023. 43 p.

LUSA (Portugal). **Banco Nacional de Angola deixou de vender dólares pela primeira vez em 2017**. 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/banco-nacional-de-angola-deixou-de-vender-dolares-pela-primeira-vez-em-2017-9086802.html>. Acesso em: 21 jan. 2018.

MAFEJE, Archie. On the articulation of modes of production: review article. **Journal Of Southern African Studies**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 123-138, out. 1981. Informa UK Limited.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: Fapesp, 2000.

MOYO, Sam; JHA, Praveen; YEROS, Paris. The Classical Agrarian Question: myth, reality and relevance today. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 93-119, abr. 2013.

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

ROCHA, Manuel José Alves da. **Crescimento Econômico e Desenvolvimento em Angola: uma análise para o período 1997-2009/2010**. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de (org.). **Economia Política e Desenvolvimento em Angola**. Luanda, Lisboa: Chá de Caxinde, Media XXI, 2011. Cap. 4. p. 113-148.

SUWANDI, Intan; JONNA, R. Jamil; FOSTER, John Bellamy. **Global Commodity Chains and the New Imperialism**. Monthly Review, New York, v. 70, n. 10, p. 1-28, mar. 2019.

VIDROVITCH, Catherine Coquery. Pesquisas sobre um Modo de Produção africano. **Revista de História da Ueg**, Goiás, v. 7, n. 1, p. 207-233, jan. 2018.

YEROS, Paris. Semiproletarização generalizada na África. **Princípios**, [S.L.], v. 41, n. 165, p. 97-125, 2022. Editora Cubo.

YEROS, Paris; JHA, Praveen. Neocolonialismo Tardio: Capitalismo Monopolista em Crise. **Agrarian South**, Arare, v. 1, n. 9, p. 1-12, fev. 2020.